

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVII

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

Crónica (geral) de Espanha de 1344: o códice medieval da Academia das Ciências de Lisboa, — em encadernação recuperada e em reavistação de leituras

AIRES A. NASCIMENTO

1. UM CÓDICE DA ACL: CRÓNICA ANTIGA, EM PERSISTENTE DESAFIO DE LEITURAS.

Tem a Academia das Ciências de Lisboa nas suas colecções um livro manuscrito (Ms.1 A[zul]) que remonta a tempos medievais, mas chegou à sua biblioteca apenas em finais do século XIX: como manuscrito é necessariamente singular e único, na contraposição a fazer ao livro impresso; como singular, apresenta particularidades específicas que a análise deve revelar tanto na sua materialidade como na sua qualidade de testemunho textual; como livro de leitura difere em tamanho daqueles que temos à nossa disposição e esconde segredos que desafiam a nossa curiosidade e atenção.

Rendemo-nos à análise que, em seus dias, Luís F. Lindley Cintra constituiu com notável proficiência, em estudo apresentado como tese de doutoramento à Universidade de Lisboa¹: prestamos-lhe o nosso preito de homenagem, enquanto universitário e enquanto académico, que continuamos a lembrar, agora que se vão perfazer 70 anos de prestação pública das suas provas de doutoramento².

Porém, se continuamos a servir-nos das suas lições, não nos podemos dispensar de interrogar as suas leituras e análises, pois consideramos que elas fazem parte de um processo que nunca está acabado e nos pertence continuar — enquanto não abdicarmos de ser leitores e aceitarmos que essa condição tem implicações que nos levam a partilhar responsabilidades de pertença a uma comunidade de vida e de história a rever³. Na base está um livro e na sua génese está um autor: questões decisivas como interrogação...

¹ Lindley Cintra, L. F., *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM, 1951, Vol. I.

² Luís F. Lindley Cintra, ao tempo, era académico correspondente da classe de Letras de ACL.

³ Chauveau, G., "Acte de lecture et décodage", *Spirale. Revue de recherches en éducation*, n.º 3, 1990, pp. 31-50.

Na análise do manuscrito, teremos de nos ocupar da sua materialidade e de discutir a sua identidade textual: tal como acontece com uma obra de arte, segundo acentuou Paul Valéry, o livro deve ser lido como música (já que se desenrola no tempo) e tem de ser reconhecido como arquitectura (pois na sua forma material tem uma vinculação com o tempo da sua execução)⁴.

Com este livro regressamos a tempos medievais: como texto, remonta aos dias que vêm de Afonso X, o Sábio, e tem com ele o esforço de tradução e de reajustamentos que passaram por diversas mãos, a começar por D. Afonso, Conde de Barcelos, e com outros que não sabemos bem divisar.

Recentemente, tivemos ocasião de voltar a este códice, quando, por encargo da Academia das Ciências, fomos chamados a acompanhar o trabalho de reencadernação a que se tornou imprescindível proceder⁵: trabalho técnico que exige mãos hábeis e não dispensa regresso à identidade material do códice; no seguimento disso, julgamos ter contraído obrigação de contribuir para alargar perspectivas de análise material e acentuar aspectos de análise textual, que, entretanto, foram trazidos a lume por investigação própria e por trabalho entretanto levado a cabo por investigadores de mérito comprovado.⁶

⁴ Valéry, P., *Les deux vertus d'un Livre*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1927.

⁵ Em data anterior, em 1996, tínhamos sido chamado à Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu Presidente, José Manuel Toscano Rico, que procurava responder a um projecto de apresentação do códice na Feira Internacional da Frankfurt onde seria anunciado também que, no ano seguinte, esse certamente seria dedicado a Portugal e à literatura portuguesa: segundo me era comunicado, pretendia-se preparar um fac-símile do códice da *Crónica Geral de Espanha* em edição que reportasse dividendos económicos à Academia. Pediram-me conselho: firmado em experiência por contactos com editor de fac-símiles, expus as exigências que me pareciam de tomar em conta e sublinhei a importância de uma escolha criteriosa para a execução do fac-símile, pois se sabia que circulavam oportunistas que se ofereciam para o trabalho, mas não ofereciam qualidade; em decisão final, não mais fui consultado e soube depois que o processo havia sido entregue a entidade que eu desconhecia e da qual apenas tinha vagas referências por anteriores resultados falhos de qualidade. Entretanto, soubemos que, independentemente da preparação do fac-símile, o códice havia sido desmontado da sua encadernação, por motivos que alegadamente estariam relacionados com eventual infestação de insectos que importava eliminar: do processo apenas conheço um esquema da estrutura dos cadernos, sem interpretação complementar. Por uns dez anos assim permaneceu o códice, sem encadernação, com risco evidente de se desmembrar a estrutura e se perderem materiais. A seu tempo, quis obviar-se a essa situação, mas falhou uma tentativa de preparar dossiê preparatório para solicitar apoio para o trabalho de reencadernação; só em 2018 foi possível reverter o processo, mediante novo projecto apresentado pela ACL à Fundação Calouste Gulbenkian, que generosamente o patrocinou. Por incumbência superior, acompanhei com gosto o trabalho de reencadernação que foi realizado pela técnica de restauro Doutora Inês Correia, assessorada por outra técnica de restauro, Isabel Zarazúa Astigarraga. É na sequência dessa responsabilidade que me apresento perante a Academia a dar conta do trabalho que segui com atenção (Academia das Ciências de Lisboa, 2019. 02. 28).

⁶ Sucederam-se os estudos e as análises; são exemplo: Catalán, D., [Menéndez Pidal], *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962; Id., "La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo

Quanto ao códice em si, temo-lo na Academia das Ciências, por esta o ter adquirido em leilão, em finais do séc. XIX (circunstância a que voltaremos mais adiante).

Trata-se de um grosso volume, cujo peso anda pelos 15 quilos. Havemos de salientar, todavia, que as dimensões actuais não são as primitivas, pois elas perderam algo das origens, por aparo resultante de reencadernações menos avisadas, ou mesmo toscas (não assinadas); quanto ao tamanho, havemos de saber reportá-lo, ao menos virtualmente, às dimensões naturais (não previsíveis) da pele que serviu de material de suporte (para a escrita), em tempos que consideramos serem do século XV.

O códice mede 447mm x 325mm: trata-se de tamanho avantajado, mas não nos ficaremos por tentar reconstituir a corpulência dos animais cujas peles foram aproveitadas para o suporte. Ao examinar a materialidade, o codicólogo, de imediato, tentará verificar o grau de cultura e preparação técnica do livro: questão primária é verificar se nele se encontra respeitada a chamada Regra de Grégory⁷,

historiográfico “Estoria de España” – Nuevas precisiones”, in *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*, Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira, (orgs.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 521-535; Fernández-Ordóñez, I., “La versión crítica, presentación y reconstrucción textual de una nueva versión alfonsí de la Estoria de España”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, (Lisboa, 1–5 Outubro 1991), Aires A. Nascimento e Cristina Ribeiro (coord.), vol. 3, 1993, ISBN 972-8081-04-9, pp. 91-96; Ferreira, M.^a R., (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos Séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán*, Coimbra, 2010; Barros Dias, I. M.^a, *Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII–XIV). Construções e estratégias textuais* (Universidade Aberta, 2000), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; Barros Dias, I. M.^a, “The Redactor of the Second Version of the Chronicle of 1344: Initial Traits for the Drawing up of a ‘Facial Composite’”, *Portuguese Studies*, 32, no. 1, 2016, pp. 7-22; Alves Moreira, F., *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008; Alves Moreira, F. e Askins, A. L., “A «Crónica de 1344» para além de Pedro de Barcelos: perspetivas recentes e novidades”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies (Monograph, Homenagem a Aida Fernanda Dias oferecida pelos seus colegas de Philobiblon)*, 31, 2015, pp. 64-79. De mencionar são, em data mais recente, os resultados de projecto “A Crónica de 1344 e a historiografia pós-alfonsina”, publicados em *Revista e-Spania*, n.º 25, Outubro 2016: tal projecto foi orientado por Maria do Rosário Ferreira e nele participaram investigadores como José Carlos Miranda, Filipe A. Moreira, Isabel Barros Dias, Ana Sofia Laranjinha, María Pandiello, Ingrid Vindel Pérez, Rosa M.^a Rodríguez Porto. Resumindo tais resultados, sublinha a responsável pelo projecto, em nota de publicação: “A Crónica de 1344”, da autoria de Pedro de Barcelos, filho natural do rei D. Dinis de Portugal, é uma das mais emblemáticas obras da cultura ibérica do século XIV, com larga fortuna em Portugal e em Castela ao longo dos séculos seguintes”.

⁷ Caspar René Grégory, teólogo e filólogo germano-americano, doutorado em Leipzig, combateu na I Grande Guerra, inscrito nas fileiras alemãs, em Agosto de 1914; caiu em combate na frente ocidental em 1917. Interpretando o trabalho de constituição dos manuscritos, enunciou a Regra que é conhecida com o seu nome, segundo a qual o caderno se constitui por sobreposição de lado carne contra lado carne e lado pelo contra lado pelo (CPPC).

pelo que haverá que examinar se a estrutura dos cadernos obedece à sequência natural de CPPC, que opõe lado carne e lado pêlo; ficará atento o investigador a qualquer infracção para daí inferir, de imediato, a qualidade do scriptorium de origem ou a falta dela, eventualmente. O filólogo seguirá outros caminhos, para o texto, e a eles voltaremos, mesmo que sumariamente.

Outras razões nos levam também ao exame da materialidade do códice, pois ela tem interferência na acessibilidade e no manuseio dele. Tem vulto de **monumento**, pela sua imponência; porém, não o designaremos assim, porque reservamos tal termo para documentos de tipo diferente: talhado em pedra, monumento é sinal erguido contra o tempo (físico e cronológico); não tem de afirmar nem tem de negar, mas constituiu um sinal, como dizia Heraclito a respeito do senhor que está em Delfos (Frag. 93)⁸: às vezes, o monumento tem mensagem inscrita, como pedra que fala⁹; quase sempre, a inscrição se dirige a um forasteiro que passa, tratando-o por *hospes*, que assim era o ξένος grego: porque não se tratava de elemento quotidiano (muito menos de trazer por casa ou para casa) ficava exposto fora, no caminho em que todos passavam. Não era assim o **códice**: como livro, o códice tem a sua mensagem no interior. Para a reconhecer no seu conteúdo textual, é necessário abri-lo e lê-lo, que é uma operação complexa e apenas se revela na linearidade da escrita: para analisá-lo é preciso compreendê-lo na sua estrutura; ficaremos mais próximos do texto se o entendermos também como estrutura de livro.

É de pergaminho o nosso códice: indesmentivelmente menos rígido e mais maleável que o mármore, não desafia menos os séculos; tal como pretendia Horácio para os seus poemas¹⁰: é (e continua a ser) capaz de enfrentar as intempéries dos séculos: assim o entendia Johannes Trithemius¹¹, quando contrapunha

⁸ As traduções do fragmento não coincidem; pela nossa parte, há muito interpretámos: “O senhor que está em Delfos nem fala nem esconde, apenas dá um sinal”: cf. Nascimento, A. A., “«Sapientia proposuit mensam» (Prov. 9,1): révelation et partage”, *Colóquio Internacional “Revelação e aprendizagem nos textos Gregos e Latinos”*, org. Abel N. Pena, Inês de Castro e Ornelas, Joël Thomas, Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 2011, pp. 57-68.

⁹ Nascimento, A. A., “Escrita na pedra”, in *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2001, pp. 3-7.

¹⁰ Horácio, *Exegi monumentum aere perennius* – Odes, III, p. 30.

¹¹ Do autor, cuja vida cheia de aventuras constitui uma epopeia ao livro e à arte da composição da escrita, pela imaginação de alfabetos, apraz-nos citar o seu *De laude scriptorum*, 1492: cf. Brann, N. L., *The Abbot Trithemius (1462–1516): the renaissance of monastic humanism*, Leiden, Brill, 1981.

a resistência do pergaminho à fragilidade do papel, suporte acessível, mas exposto na sua exilidade e na sua banalização aos contratempos da natureza; exigido pela actividade impressória, o papel retirou ao livro a resistência celebrada pelo poeta latino. Com os suportes virtuais de hoje ganhámos a virtualidade de manejo, mas perdemos-lhe outras qualidades: não podem ser abraçados como um todo e correm o risco de evanescência, no tempo, e não deixam testemunho patente de estado anterior: a banalização do uso tem consigo o risco da obsolência do sistema de intermediário de leitura; na virtualidade de rolo, em sequência de leitura ficam esquecidos outros dados. Fixemo-nos na materialidade do códice: é visível e imponente¹²...

2. INSTRUMENTO DE LEITURA, EM CONTEXTO COLECTIVO...

Continuamos a admirar o livro manuscrito, em modo e formato de códice, ordenado por cadernos, e visto na sua funcionalidade de instrumento de leitura. Fundamental é a sua ordenação, segundo planeamento da superfície de escrita. Não nos demoraremos na análise, mas havemos de acentuar que numa materialidade de livro há marcas que respondem a estruturas significativas.

Porque obedece a estrutura singular, o livro/códice é instrumento programado, mesmo antes de o ser na sua identidade de texto e de planeamento de leitura: nem tudo é dito, mas tudo é objecto de ordenação. Por isso o livro tem de ser observado e descrito, para nele descortinarmos a intenção do processo.

Passando da materialidade ao texto, em análise atenta, não nos pode escapar a armadura textual da caixa de texto e a estruturação da sua forma: é ela tanto mais falante e operativa quanto melhor se reconhecer a sua configuração própria e a correspondência racional com um projecto previsto: também nisso há um encanto a desvendar...

¹² Quisemos tê-lo na nossa frente, durante a nossa exposição, na Academia das Ciências, para que os académicos pudessem aperceber-se da sua materialidade e eventualmente aproximar-se da beleza das suas ilustrações (iluminuras).



Começamos por nos debruçar sobre os elementos de reconhecimento. Sabemos que o texto é uma sequência de capítulos, articulados em parágrafos, unidades que associam frases organizadas para formarem uma sequência (por isso se reconhece no todo uma tessitura): na sua linearidade, essa unidade textual distribui-se espacialmente e engloba diversos elementos convergentes para um todo de significação (em que participa a mensagem do texto e o complemento da imagem¹³).

No livro/códice, procuramos um instrumento de leitura: será ele tanto mais funcional quanto responda em condições optimizadas à visibilidade do texto; para tal cabe-lhe uma configuração visual. Reparemos nessa configuração: 2 cols.; 43 linhas. Largura: 45 + 101 + 29 + 45 (220) x Altura: 25 + 356 + 66 (446mm). Na distribuição das linhas, $UR = 356/42$ linhas (= 43-1) = 8,476mm: o regramento é feito a tinta azul-violeta, talvez resultante duma receita de tornesol, como que a evitar sobressair, mas a deixar indício concreto para servir a linha de escrita sem distorcer a sequência.

¹³ Nascimento, A. A., "«Pictura tacitum poema»: Texto e imagem no livro medieval", in Maurilio Pérez González (ed.), *Actas del III Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 26–29 de Septiembre de 2001)*, León, Universidad, 2002, vol. I, pp. 31-52.

Fixemo-nos no rectângulo do texto (356mm x 220mm): apresenta a proporção de 1,618; chama a atenção tal facto, pois a razão do rectângulo é escolhida pelo efeito que cria: é que esse rectângulo apresenta proporções áureas na relação 8/5, tecnicamente representada por ϕ — phi, que é bem conhecida em arquitectura, desde Fídias, no Pártenon (a inicial do nome Pheidias representa esse valor): certamente, o empaginador teve consciência de que essa relação permitia bom aproveitamento do suporte material e simultaneamente favorecia a superfície de leitura em grau excelente.

Procurou o executante embelezar o texto e marcar-lhe as unidades, para melhor se reconhecer a articulação que estabelece no todo do fólio¹⁴: a isso responde sobretudo por elementos marcados, como é a iluminura que decora a sequência dos fólhos do códice e pelas marcas de segmentação das suas unidades; em razão disso, há que descortinar motivos e correlações, sem se deixar enfeitiçar pelo encanto das cores, mas também sem deixar de as perceber, porque há que descobrir as razões que lhe estão subjacentes (ainda que a distribuição pudesse ser aleatória, há que partir da presença das letrinas iluminadas e descobrir a relação da marca como sinal e da sua significação — *senefiance*).

É pródigo em **iluminuras** o nosso códice¹⁵: revela solenidade, mas encanta igualmente por esses traços e constitui uma linguagem que o aproxima de outros manuscritos e o situam no scriptorium de origem (que terá sido, em hipótese, a corte de D. Duarte)¹⁶. Estamos perante elementos mudos, certamente, mas, se interrogados, bastam para nos situarem¹⁷.

¹⁴ Nascimento, A. A., “Iluminura, um traço distintivo”, in *A Torre do Tombo na viragem do século – Catálogo de Exposição*, Lisboa, ANTT, 2000, pp. 29-33.

¹⁵ Retenho a reflexão de Rosa M. Rodríguez Porto, pois exprime um programa de leitura no scriptorium do rei D. Duarte: “Teniendo en cuenta la inusual reivindicación de figuras regias femeninas como las de Urraca o Violante y la exaltación que en ella se hace de la casa real aragonesa en las figuras de Pedro III y Jaume II, ¿no sería más adecuado ver en el manuscrito una obra realizada a instancias de la reina Leonor de Aragón (1402–1445), esposa de D. Duarte?” in “*La Crónica Geral de Espanha de 1344* (ms. 1 A de la Academia das Ciências) y la tradición alfonsí”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25911>; DOI: 10.4000/e-spania.25911. As afinidades com as iluminuras do *Leal Conselheiro*, manuscrito oferecido pelo rei a sua esposa, a rainha Dona Leonor respondem às dúvidas expressas pela investigadora.

¹⁶ Peixeiro, H. A., “Imagem e Tempo. Representações do poder na «Crónica Geral de Espanha»”, in *Revista de História da Arte*, n.º 7 (2009), pp. 153-176; Nascimento, A. A., “O poder da imagem: encantos, ambiguidades e valorizações”, *Revista de História da Arte*, 7, 2009, pp. 17-41.

¹⁷ Quanto ao estilo das iluminuras do nosso manuscrito, têm sido reportados vários modelos: o primeiro

É abundante e esplêndida a iluminura: frequente nas margens laterais e na do intercolúnio, alarga-se por 311 dos 324 fólhos em que se documenta: contamos nada menos que 523 imagens, muitas delas cobertas a ouro e tratadas a cor, com ornatos múltiplos; por vezes, descortinamos motivos históricos nas letrinas habitadas e neles percebem-se indicações de figuras que remetem para lugares longínquos: evocam nomeadamente os da Casa de Aragão, cujas memórias eram guardadas pela Casa Real portuguesa, pois a Aragão foi ela buscar Princesas para casarem com Príncipes portugueses: tal acontecera com Dona Isabel, filha de Pedro III e irmã de Jaime II; a memória familiar prolonga-se em Dona Leonor de Aragão, casada com D. Duarte, e em Dona Isabel de Urgel, casada com o Infante D. Pedro, numa sequência que pertence aos primeiros leitores do códice.

Impõe-se-nos este códice pela imponência do volume: a sua configuração ultrapassa as dimensões de um livro que pudéssemos abrir e colocar na mão para o manejarmos e transportarmos connosco. Havemos de imaginar para o nosso códice uma **implantação em sala**: a ele se acedia em momentos de solenidade e em modo ritual — não tanto para colher algumas notas avulsas, mas para fruição do texto, ouvido de alguém que tomava a função de leitor¹⁸.

Sabemos que o mundo da **oralidade** representa um ambiente de proximidade, em convocação familiar, de convivência e de partilha¹⁹, em colectividade: não por

estará representado nos cadernos 1, 6, 16 e 17, 19, 21, 24 e 28; nos últimos seis cadernos há alguns fólhos isolados que não seguem esse modelo; outro modelo será o dos cadernos 2, 27, 29 e 33, a que se associa o fl. 285r^o; ao terceiro modelo pertenceriam os cadernos 3, 8, 9, 20, 23, 28, 29 e 30, além de parcialmente também fólhos dos cadernos 17, 18 e 28; finalmente, haverá um submodelo 3 nos cadernos, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 22, 26, 31, 32 com algumas letrinas de fólhos dispersos: assim sistematiza María Pandiello, "Las imágenes de *La Crónica Geral de Espanha de 1344* (Ms. 1 Azul de la Academia das Ciências). Filiaciones artísticas y pautas iconográficas", *e-Spania* [em linha], 25 | octubre 2016, entrada a 01 octubre 2016, consulta em 31 agosto 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25893>; DOI: 10.4000/e-spania.25893; diferentemente, com quatro modelos de desenho com várias morfologias (de figuras humanas e animais) e apontamento para formas inacabadas e suspensas, com minúcia digna de nota, assinalamos o trabalho de três iluminadores principais, cf. Martins Tibúrcio, C., *A iluminura do Manuscrito 1 Série Azul da Crónica Geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*, Lisboa, Diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras, 2013, pp. 53-119: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10023/1/ulfl147996_tm.pdf. (consultado em: 2019. 02. 25). Dispensamo-nos de referir o acompanhamento que, por indicação superior, fizemos do acesso ao códice.

¹⁸ Havemos de imaginar um atril adornado, como um ambão de evangeliário, a que o leitor acedia com a solenidade requerida pelo ambiente criado em torno do livro. Cf. Denis Muzerelle, *Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*, Paris, Editions CEMI, 1985.

¹⁹ *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, Guglielmo Cavallo, Roger Chartier (dir.), Paris, Éditions du Seuil, 1997.

toque, mas por convocação para a leitura e eventualmente em partilha de comentários, em acção colectiva e em *ritual* marcado e não banal.

Julgamos assim dever imaginar um ambiente composto por fidalgos convocados para celebrarem algum episódio da crónica — “quando o prazo foy cumprido aquando avyã de lydar Martym Gomez & Rrodrigo sobre Callaforra”.

Ao nosso códice convinha-lhe certamente o ambiente da corte de Avis: seria a de D. João I, por alguma razão dito de “boa memória”; mais propriamente, seria a rei D. Duarte dito “o eloquente”, figura que sente a envolvimento dos textos e da sua leitura (disso é sinal a importância por ele dada à tradução de textos e ao seu enquadramento — *LC*, cap. 90); o ambiente prolongava-se na corte do Infante D. Pedro, durante a menoridade de D. Afonso V, ou ainda na corte deste, que é o momento em que sabemos ter existido uma biblioteca, à guarda de Gomes Eanes de Zurara²⁰.

À corte acudiam homens que procuravam rever e retomar a memória de tempos passados, em textos recolhidos por solicitude de homens próximos dos acontecimentos ou interessados em reverem-se em leituras para atenderem a genealogias que tinham a seu cuidado.

O prólogo do nosso manuscrito (ainda que não esteja marcado formalmente como tal), responde a essa **função de memória** e acentua intenções: para “aprender os bõos costumes e saber os famosos feitos que fezerom os antigos” (...) “por que nõ caessem em olvidamento” e assim mostrarem “maneira per que o soubessem os que avyam de viür depos eles”²¹.

²⁰ O documento que pode comprová-lo andou perdido, mas foi comprado por J. V. Pina Martins e permitiu-nos ele publicá-lo. Por ele se comprova que, em 1462, o rei D. Afonso V (filho de D. Duarte e casado com Dona Isabel, filha do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra) concede ao seu conde palatino isenção de pagamento de empréstimo de um *Especulo* que existia na sua biblioteca (nada menos que uma obra que fora organizada por Afonso X, o Sábio, com obras de Direito).

²¹ Quanto ao tema da decoração, remetemos para vários dos nossos ensaios que lhe dedicámos: cf. Nascimento, A. A., “A Imagem no texto: esplendor do livro e marcação de leitura no manuscrito medieval”, in *Arte, História e Arqueologia: Pretérito (sempre) presente – Homenagem a J. Pais da Silva*, coord. Pedro Gomes Barbosa, Lisboa, Ésquilo, 2006, pp. 79-113. Idem, “As livrarias dos Príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in *Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287; Idem, “Manuscritos e textos dos Príncipes de Avis: o *Leal Conselheiro* e outros manuscritos – problemas de deriva filológica e tentativa de reintegração”, in *Medieval and Renaissance Spain and Portugal – Studies in honor of Arthur L.-F. Askins*, ed. Martha E. Schaffer & António Cortijo Ocaña, Woodbridge, Tamesis, 2006, pp. 269-288.

3. VICISSITUDES DO TEXTO EM HISTÓRIA LONGA.

Venhamos ao texto. Vinha ele de longe e a nós pertence-nos perceber a sua tradição: a análise filológica descobre na *Crónica Geral de Espanha* uma **tradição de leituras** que remonta a momentos marcados (alguns mais que outros).

A primeira redacção desse texto sobe a um original castelhano elaborado por Afonso X, o Sábio, mas passado para versão portuguesa pelo 3.º Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis²². A constituição do texto passou por diversas mãos até receber o teor da versão que nos foi transmitida: ao longo de um século terá havido reformulações. Nisso se têm ocupado nas últimas décadas as análises filológicas dos investigadores.

Considera-se hoje que as intervenções finais tiveram lugar durante a monarquia de Avis: propôs-se como provável a data c. 1400, mas há traços de outras intervenções que vêm de 1460; pelo meio, o texto conheceu tradução para castelhano e algo se foi alterando e perdendo nesse percurso.

As vicissitudes da tradição textual, há que descortiná-las já em percurso bilíngue; quer isso dizer que essa tradição teve “movências”²³ e tem lacunas. Considera-se hoje que não podemos prescindir de retroversão castelhana, entretanto elaborada, para reconstituir a sua história e chegar ao arquétipo original.

Importará referir ainda que, apesar de o texto ter sido objecto de duas edições críticas (por Lindley Cintra e por Diego Catalán), há sectores que continuam inéditos (nomeadamente a secção final que abrange os reinados castelhanos de Afonso X a Afonso XI).

Expliquemos: Lindley Cintra publicou, entre 1951 e 1990, o texto português da reformulação c. 1400, que termina em Fernando III. Anos depois, Diego

²² O 1.º Conde de Barcelos foi João Afonso Teles de Meneses (m. maio de 1304) que procurou refúgio junto de D. Dinis; serviu-o como Procurador-Geral e, por carta assinada em Santarém, foi feito primeiro conde de Barcelos, a 8 de Maio de 1298. Quanto a D. Pedro, cf. Martin, G. e Ribeiro Miranda, J. C. (eds.), *Legitimação e linhagem na Idade Média peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas, 2011.

²³ Zumthor, P., “Intertextualité et mouvance”, *Littérature*, 41, 1981, pp. 8-16: “la production du texte est actualisation d’un donné traditionnel; mais elle n’est évidemment pas que cela. Le donné traditionnel existe, comme virtualité à la fois poétique et discursive, dans la mémoire du poète et du groupe auquel il appartient: dans la mesure où il est d’ordre structurel et compositionnel, il est, par le texte, plus ou moins fidèlement réalisé; dans la mesure où il est discours, il se trouve reproduit et intégré à un autre discours, qu’il informe et qui en retour le sémantise ou le re-sémantise, dans le fil d’une intention originale”.

Catalán, em 1970, deu à estampa a secção inicial da crónica original, radicalmente alterada pela reformulação que subsiste apenas em tradução castelhana; no entanto, a secção do texto posterior à morte de Fernando III, cujo teor se conserva também apenas em castelhano, continua ainda inédita, em redacção manuscrita²⁴.

4. LACUNAS RECONHECIDAS.

Atendemos aqui directamente à versão do nosso manuscrito. Como elemento de identidade de livro, esperaríamos um título a anteceder o texto²⁵. Ora, **falta título** no nosso códice. Constituía muitas vezes elemento interno identificativo da estrutura textual, no início, juntamente como a indicação do **nome do autor**. Esperaríamos, aliás, que o título correspondesse ao conteúdo do texto, embora as variações sejam múltiplas e as gradações sejam de admitir²⁶.

Num livro organizado, esperaríamos também que se seguisse uma **tabula capitulorum** (dita *Tavoada*), como se encontra na *Crónica del Rei Dom Joham primeiro, Rei de Portugal deste nome*²⁷.

Ora, nem um nem outro elemento constam do nosso códice. Perderam-se eles, devido a acidente material? Quando? Em questão está por determinar a data em que isso aconteceu. De facto, há indícios de que se perdeu o primeiro fólio do nosso manuscrito: reportamo-nos aos efeitos negativos da falta do primeiro fólio ou de outros de guarda que lhe tivessem servido de protecção. Deve isso servir de baliza temporal: a perda afectou já o manuscrito *P*, que pertenceu ao Condestável D. Pedro (hoje em Paris).

Facto é que a revertida tradução castelhana, nos mss *M* e *E*, que depende da versão portuguesa, revela indícios de que havia uma parte inicial mais larga: o manuscrito de Madrid, *M*, embora também mutilado no início, transmite o texto

²⁴ Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés (eds), *Edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970.

²⁵ Muitas vezes, vem precedido da palavra *incipit*; frequentemente veio a ter um rótulo pousado, não na lombada, mas no segundo plano da encadernação, que era o que ficava visível a um primeiro encontro com o livro, pois era previsível que, depois de consulta, fosse esse o plano de fecho, ao ser terminada a leitura; só mais tarde esse rótulo foi colocado na lombada.

²⁶ Hoek, L. H., *La marque du titre*, La Haye/Paris/New York, Mouton éditeur, 1981.

²⁷ Para confronto, cf. ms. Madrid, BN, ms. Vitr. 25-8, *Crónica de D. João I*, ed. facs. Madrid, Ediclube, 1995.

desde o final da terceira idade (Juízes de Israel) até ao monarca de Castela Afonso XI, que reinava ao tempo da composição da crónica.

Admitiremos assim que se perdeu material do início do códice. Porém, hesitamos em identificar os inícios da versão portuguesa.

Reconhece-se que os capítulos se sucedem por ordem cronológica, até a sequência ser interrompida ao chegar ao anúncio da 5.^a idade, “a Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, filho de Deus e da Virgem Maria”. Com este dado passa-se à Era cristã; a partir daí atende-se às genealogias universais, que trazem à consideração os primeiros povoadores da Península até Pelágio das Astúrias, com que se inicia a Reconquista e a sequência dos reis peninsulares.

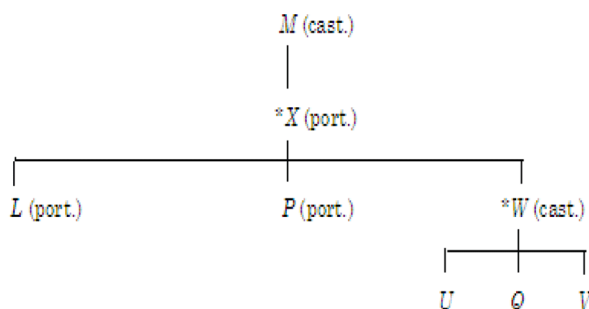
Em reconstituição, por confronto com a versão de Afonso X, o Sábio, admite-se que estão em causa os cap. 1-27, a que se seguiriam os cap. 28-78, com o sector geográfico da Península, e depois os reis godos dos cap. 71-75; viriam ainda os cap. 76-126, com a invasão muçulmana e depois o governo dos emires, cuja lista ocuparia os cap. 127-129; seguir-se-iam depois os cap. 130-573, com os reis hispânicos, desde Ramiro I a Afonso XI.

Segundo Luís F. Lindley Cintra, “é provável que a história genealógica se iniciasse com os sumários das cinco Idades do Mundo anteriores àquela em que vivemos, de que já falava S. Isidoro de Sevilha nas suas *Chronica Maiora*, de acordo com S.^{to} Agostinho”²⁸. A 6.^a Idade, aliás, iniciava-se já, segundo Fernão Lopes, com a Dinastia de Avis.

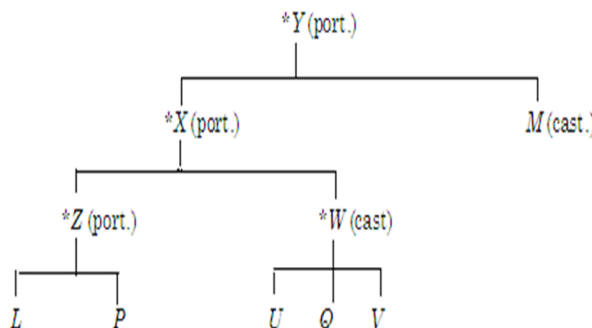
Hoje, a reconstituição crítica reconstitui a genealogia dos manuscritos de forma algo diferente da que foi apontado por Luís Cintra: alarga-se o universo dos testemunhos da tradição e buscamos-lhe uma linha de continuidade, a partir da fonte afonsina primitiva; servem-nos sobretudo os dois manuscritos principais da nossa tradição, L (Lisboa — manuscrito que representa versão tida como de D. Duarte) e P (Paris — manuscrito que pertenceu ao Condestável D. Pedro, que possivelmente o recebeu da biblioteca de seu pai, o Infante D. Pedro)²⁹. Repare-se no *stemma codicum*, com a sua revisão:

²⁸ Cf. op. cit., 1, p. XXXI.

²⁹ Assim, Vindel Pérez, I., “Primera redacción de la *Crónica de 1344*: texto, contenido y fuentes”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25921>; DOI: 10.4000/e-spania.25921. Cf. Lindley Cintra, L. M., op. cit., p. DXXXI-DXLII.



Alargando a tradição, chega-se a um arquétipo, postulado pelo texto:



Quanto ao início do texto do nosso códice, presume-se, como referimos, que houve certamente descuido na preservação e guarda de materiais: com o livro deixado ao abandono e exposto à luz do sol, além da falta de resguardo da encadernação, a imagem e o texto, que hoje temos à disposição no códice da Academia das Ciências, sofreu perdas de texto inicial.

Quanto à **tábula dos capítulos**, sabemos que tal elemento começou a ser constituído em ambientes académicos, como se pode acompanhar pela elaboração das *Concordantiae* de Hugo de Saint-Cher, de Paris, ca. 1240³⁰; entre nós divi-samos-lhe antecedentes em códices como o Alc. 5, constituído pela *Summa sermonum* de Fr. Paio Abril³¹.

³⁰ Nascimento, A. A., "Tratamento de textos em computador - Concordâncias verbais", *Classica*, 4, 1979, pp. 6-18.

³¹ Cf. Costa Marques, B. F. da, *Mundividência cristã no Sermonário de Frei Paio de Coimbra: edição crítica da Summa Sermonum*, Coimbra, 2010 (diss. doutoramento).

Falta, pois, um elemento característico do livro tal como o conhecemos³²: nada que seja alheio a um processo que pertence ao desenvolvimento da prática de leitura e da sistematização do texto³³.

Retomando a situação, havemos de reconhecer que o nosso texto é resultado de **compilação** tomada de antigas crônicas: ficou sujeito a perdas, por acidentes materiais e eventuais saltos de texto.

Retenha-se, sobretudo que, nos primeiros tempos, houve sucessivas reformulações destinadas a guardar e promover a memória de tempos passados, mas também a prolongarem as gestas de gentes fidalgas e sobretudo a celebrarem a memória dos que estiveram ao lado dos primeiros reis de Portugal³⁴.

Difícil se torna perceber todos os meandros que a compilação foi tomando desde as origens até dar **entrada na corte de Avis**, em que assumimos estar representada pelo manuscrito L.

A investigação mais recente reconhece intervenções de vária natureza durante tempos posteriores à primitiva versão do Conde de Barcelos: foi-lhe reconhecida, entretanto, uma tendência espiritualizante, marcadamente franciscana, com traços de acentuada dedicação à hierarquia eclesiástica e de afirmação de virtudes (castidade, dedicação aos pobres e assistência aos desamparados), mas recolhe também ensinamentos que se tornavam acessíveis em fontes escolares (João de Salisbúria, Tomás de Aquino, Gil de Roma, Álvaro Pais, com obras como *Specula principum*) e até influências de doutrinas acolhidas em livros de cavalarias, em que Hércules ganhava importância como herói de virtudes³⁵.

³² Cf. *Lecteurs, lectures et groupes sociaux au Moyen Âge – Actes de la journée d'étude organisée par le Centre de recherche "Pratiques médiévales de l'écrit" (PraME) de l'Université de Namur et le Département des Manuscrits de la Bibliothèque royale de Belgique, Bruxelles, 18 mars 2010*: ed. X. Hermand, E. Renard, C. Van Hoorebeeck, Turnhout, Brepols, 2014.

³³ Hasenohr, G., "Les systèmes de repérage textuel – Index et éditions critiques", in *Mise en page et mise en texte du livre*, dir. Henri-Jean Martin e Jean Vezin, Paris, E. C. L. Promodis, 1990, pp. 273-288; Rossi, P., *La memoria del sapere*, Bari, Laterza, 1989; Maniez, J, e Maniez, D., *Concevoir l'index d'un livre : histoire, actualité, perspectives*, Paris, ADBS, 2009.

³⁴ Houve aproveitamentos de textos e alargamentos, com interpolações e ampliações, mas também com reduções segundo intencionalidades que se sobrepunham à realidade dos dias — com recurso a fantasias novelescas ou exaltações de gestas, eventualmente já elaboradas (são múltiplos os artifícios da memória histórica — feita por homens para outros homens, enfim, "les hommes vivants", na expressão cara a Jacques Le Goff, para acentuar a diversidade das condições de vida e das experiências humanas).

³⁵ Apoiamo-nos aqui sobretudo em Barros Dias, I., "The redactor of the second version of the Chronicle of 1344: initial traits for the drawing up of a 'facial composite'", *Portuguese Studies*, 32, 1, 2016, pp. 7-22.

Em plano de dúvida metódica, permitimo-nos comentar que importa não desmerecer do decurso dos tempos nem ficar cativos de uma visão restritiva de tradição textual: há certamente dificuldade em delimitar no tempo fenómenos culturais que são colectivos; se passam por registos de escrita, nem tudo fica documentado no tempo em que (se) construíram (construção reflexa, certamente).

Assim, julgamos de contrapor, ainda que não negando, embora em dúvida metódica: a) a influência franciscana está já assumida e documentada na personalidade da rainha Santa Isabel, cujo perfil realiza os traços principais da espiritualidade franciscana, tanto na piedade como na dedicação aos pobres, acabando na sua vinculação com a comunidade das clarissas de Coimbra e na relação com o seu confessor, Fr. Salvado Martins, que a assistiu no final da vida e lhe traçou o perfil de santidade³⁶; b) a relação da rainha com Pedro Afonso não pode ser posta em dúvida, desde a aceitação dele na corte, onde ela lhe dá acolhimento pleno, até à associação que ela promove em representações públicas, como eram as relações com Aragão, para onde, aliás, ela encaminhou o segundo casamento dele com senhora das suas relações; c) quanto a ambiente cultural alargado, há-de lembrar-se a fundação da Universidade por D. Dinis, o que nos leva a perguntar pelas consequências que daí terão surgido, nomeadamente quanto ao alargamento de relações culturais, ou eventualmente também recursos textuais; d) enfim, sabemos que as próprias novelas de cavalarias entraram em língua portuguesa ainda em tempos do rei D. Afonso III (sabemo-lo pela tradução de João Vivas para o livro de *José de Arimateia* que depressa chegou a contexto universitário³⁷); e) quanto ao carácter “fugidio” da identidade do Conde D. Pedro como autor, já hoje não temos reboços em admitir a diversidade da sua obra na cronística e na genealogia, na poética (com elaboração de poemas e a compilação de cancionero de poesia trovadoresca até à fixação de uma arte de trovar), havendo dúvidas, no entanto, em reconhecer que por ele tenham passado romances de cavalaria³⁸...

³⁶ Entretanto, publicámos um pequeno volume: Nascimento, A. A., *Santa Isabel de Portugal, a Menina de Aragão coroada Rainha em terras portuguesas*, Lisboa, Colibri, 2019; por isso nos dispensamos aqui de mais pormenores.

³⁷ Nascimento, A. A., “As voltas do «Livro de José de Arimateia»: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado”, *Península*, 5, 2008, pp. 129-140.

³⁸ Fixamo-nos no elenco traçado por Ferreira, M.^a R., “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de

Quanto às condições de tradição dos textos, sua compilação e reformulação para a respectiva transmissão, trata-se de tema que suscita reflexões de largo alcance³⁹; a tradução, por outro lado, é tema que importa também aprofundar, sobretudo para avaliar os critérios de liberdade havida em plano horizontal (entre línguas equivalentes e aparentadas, como era o castelhano e o português, particularmente em período medieval): a liberdade de apropriação era tanto maior quanto nos tempos medievais a obrigação de declarar a autoria não era convenção reconhecida e a apropriação era hipótese a que poucos terão resistido: o registo cronístico, sendo de índole colectiva, facilmente entrava na apropriação quando se tratava de dar-lhe transmissão⁴⁰.

5. MANUSCRITO DE SOLENIDADE, EM LEITURA COLECTIVA.

A Filologia permanece vinculada a Mercúrio, mesmo que este se esconda em disfarces; por seu lado, a leitura é exercício de liberdade, sem vínculos, mas sujeito a caução quanto ao acesso do livro. Acentue-se, porém, que, independentemente da qualidade maior de “promotor” ou de “compilador” do Conde de Barcelos, em contraposição à sua qualidade de “autor”, e apesar das vicissitudes sofridas pelo texto da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e de eventuais falhas materiais, o códice da Academia das Ciências de Lisboa, Ms 1 A, deve considerar-se como principal representante de uma tradição que não se limitava a transmitir (porque admitia variâncias).

Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”, in *Legitimação de Linhagem na Idade Média Peninsular – Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, ed. Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda, Porto, Estratégias criativas, 2011, pp. 99-129. Quanto a *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, ed. Giuseppe Tavani, Colibri, 1999, lembramos, com enlevo, a resposta pronta que recebemos do editor, que nos honrou com um trabalho que demorava tempo a aparecer.

³⁹ A distinção entre “auctor, compiler, commentator et scriptor” faz parte de uma cadeia aceite já por Boaventura de Bagnoregio e consagrada em âmbito universitário: eram, porém, os textos de “autoridades” que estabeleciam diferenças, contrariamente aos textos correntes, em linguagem vulgar; o tradutor não era “scriptor”, que valesse por simples transcritor de texto alheio; a liberdade perante o texto levava a tê-lo como pretexto em que basear expressão própria. Cf. Kraebel, A., “Modes of Authorship”, in *The Cambridge Handbook of Literary Authorship*, cap. 7, Cambridge University Press, 2019, pp. 98-114; Michel Zimmermann (ed.), *Auctor et auctoritas: Invention et conformisme dans l’écriture médiévale*, Paris, École des chartes, 2001.

⁴⁰ Cf. Riché, P., *Histoire et culture historique dans l’Occident medieval*, Paris, Aubier, 1980, pp. 332ss.

A esse manuscrito podemos tomá-lo como representante de uma colectividade que se revia naquilo que acolhia e por isso não se limitava a ser transmissora: como tal, o leitor do século XV assumia-o no que ele representava e ordenava-o sem os constrangimentos que hoje a transmissão de texto nos impõe. Pelo que podemos reconhecer, o nosso códice é considerado o melhor e mais rico manuscrito da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, tanto pelo texto como pelo ornato das suas iluminuras. Alguns dados nos parecem relativamente assentes a seu respeito:

Temos razões para admitir que o texto do nosso códice foi copiado a partir de uma versão “da *Crónica de Portugal*, começada a escrever no dia 1 de Julho de 1419” (assim se escreve nele, mas o seu autor principal deve ter falecido por 1354);

“Há fortes motivos para crer que o códice, luxuoso, magnificamente iluminado (...), tenha pertencido à biblioteca régia e seja uma das duas *Crónicas de Espanha* que se registam na lista dos livros da biblioteca de D. Duarte”⁴¹.

No entanto, não temos dados que documentem que a versão tenha sido ordenada directamente pelo próprio D. Duarte: foi, porém, certamente constituído por alguém que estava ao seu serviço; o *Livro dos Conselhos*, na sua forma actual, já se serviu dele, pelo que estava acabado, na sua forma textual, em 1434⁴².

Todavia, em anos tão exíguos como foram os do reinado do Rei eloquente (que sucumbiu à peste e não descreveu directamente a sua biblioteca), a constituição do nosso códice deve ter estado entregue a alguém com responsabilidade nos seus livros: o nome que mais imediatamente vem à mente é o daquele que era guarda das escrituras do Tombo e escrivão dos seus livros, isto é, Fernão Lopes; não necessariamente por mão dele: sabemos, efectivamente, que outros tinham o encargo de “escrivão da puridade” do Príncipe, como era João Gonçalves, nome pouco conhecido, mas suficientemente documentado⁴³.

⁴¹ Luís F. Lindley Cintra, *op. cit.*, p. CDIX ss.; Nascimento, A. A., “As livrarias dos príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in *Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287. Note-se que é o registo dos livros não é da mão de D. Duarte, mas de alguém após a morte do rei e que esse registo se reporta à biblioteca de mão do rei, não se sabendo se havia outra fora de mão.

⁴² Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*, ed. João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Presença, 1982. Embora haja quem situe o LC em 1435, data da carta do rei aos seus cunhados de Aragão, J. M.^a Piel defende que se deve situar entre 1437 e 1438, baseado na referência à morte do seu confessor, Frei Gil Lobo, no cap. 91, onde se lhe refere como “que Deos perdoe”; como ele morreu em meados de 1437, tem fundamento a datação nesse enquadramento: cf. prefácio a Dom Duarte, *Leal conselheiro*, ed. crít. anot. por Joseph M.^a Piel, Lisboa, Bertrand, 1942, pp. ix-x.

⁴³ Assim consta da *Vita Christi*, na parte que foi copiada na corte do rei, já que é esse o nome que lemos

Não temos hoje dúvidas de que havia um scriptorium na corte devidamente estruturado⁴⁴: o trabalho de iluminura do Códice 1 A da ACL tem afinidades com a do *Leal Conselheiro*, que conhecemos do manuscrito parisino entrado na biblioteca real de Blois, em França, depois de ter pertencido a Dona Leonor, esposa de D. Duarte, ou de, pelo menos, ter passado por um intermediário hispânico antes de chegar àquele estabelecimento dos reis de França⁴⁵.

Quanto ao texto, assume-se, desde Lindley Cintra, que ele remonta ao 3.º Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, o qual terá recolhido materiais para isso. Porém, é discutível que tenha sido ele a redigir a versão que se reconhece em vários ramos da tradição; se foi compilador, não foi certamente “scriptor”, mas também ele não se terá limitado a reproduzir em língua nova os textos compilados, pois interveio neles e alterou-lhes o respectivo teor.

Essa tendência manteve-se em intervenções posteriores, com inflexões significativas: hoje, a problemática alarga-se e coloca-se em dúvida o processo textual, remetendo-o para um anónimo, representativo de uma colectividade, em que se fariam sentir influências culturais diversas, com correntes espirituais de índole franciscana, também elas sensíveis a leituras de romances de cavalaria.

Em domínio pouco documentado e pouco documentável, havemos de considerar que em tempos medievais os textos são mais de domínio colectivo que individual e as influências culturais pertencem ao modo de recepção de textos e esta fica menos restrita quando o regime da oralidade domina sobre o registo escrito, pelo que a análise filológica tem de contar com a “movência” exposta à

no final do caderno VI, que foi copiado na corte e depois transmitido a Alcobaca, onde a cópia foi continuada. Cf. Nascimento, A. A., “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, 29, 2001, pp. 125-142.

⁴⁴ Em outro momento, apontámos afinidades do *Leal Conselheiro*, ms. Paris, português 5, com o de *Vida e Feitos de Júlio César*, Escorial, Q-I-37, cujo primeiro fólio ostenta um escudo de príncipe e que se sabe ter estado na biblioteca do Condestável D. Pedro de Portugal; também o mesmo ar de família no que respeita à ornamentação se estende ao Alc. 62, *Ordinarium monasticum ad usum cisterciensium*, concluído em 1475 e igualmente ao Alc. 459, *Missale cisterciense perantiquum*, ca. 1470, e ms. Torre do Tombo CF 131, um *Livro de Horas alcobacense*.

⁴⁵ Lopes de Castro, M.^a H., “Leal Conselheiro – Itinerário do manuscrito”, *Penélope*, 16, 1995, pp. 109-24. A seu tempo, procurámos apurar com Maria Helena a origem da informação que se encontrávamos em *Manuscrits enluminés de la Bibliothèque Nationale. Manuscrits de la Péninsule Ibérique*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1983: pudemos concluir que tal informação havia partido da própria investigadora quando comunicou à secção de manuscritos da BNF, de Paris, os resultados das suas pesquisas; essa informação foi usada sem ser reportada à sua autora.

oralidade, que não se restringe à forma do texto: assim, a tradição não deve limitar-se ao que está formalmente documentado.

Caracterizando o processo das origens, em termos gerais, concluímos que se tratou de prolongar memórias hispânicas, em versão favorável à parte portuguesa; provavelmente quem constituiu a compilação mais antiga não se coibiu de nela refazer a redacção, imitando, a seu jeito, e impondo o seu talento de artista, ao menos para integrar também glórias mais recentes que prolongavam as do passado e assumiam eventualmente o esforço de autonomia da faixa hispânica ocidental até determinar a sua independência de outros reinos⁴⁶; outro tanto terão feito aqueles que se lhe seguiram, em regime discreto que tinha em vista os imediatos leitores.

O processo não é plenamente manifesto e, no estado actual de investigação, havemos de reconhecer que é incerto o curso da redacção do texto da *Crónica Geral de Espanha*, dita de 1344: valha a advertência para, em tema desta magnitude, conceder que a investigação tem direito a problematizar leituras e a sentir-se responsabilizado por elas⁴⁷.

6. IDENTIDADE MATERIAL DO MS 1 A DA ACL.

Responsabilidades maiores temos nós perante um códice que a ACL porfiou em comprar e guarda na sua Biblioteca: marca e representa ele um tempo, que foi dos mais prestigiosos da história portuguesa; serve de referência a uma idade que era de remontada: até os dragões que servem de ornamento (cf. fólio ao lado), no movimento de que tudo vencem antes de mergulharem na taça de veneno onde vão procurar regeneração, devem servir de inspiração na luta titânica contra o mal, luta que será ganha pela solidariedade garantida na luta⁴⁸.

⁴⁶ Cf. Lindley Cintra, L. F., *op. cit.*, p. CDXVIII ss.

⁴⁷ Cf., entre outras investigações já citadas, a de Rodríguez Porto, R. M., “La *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ms. 1 A de la Academia das Ciências) y la tradición alfonsí”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25911>; DOI: 10.4000/e-spania.25911

⁴⁸ Na tradição ocidental, o dragão tem aspecto de criatura reptilínea que voa e sopra fogo, mas necessita de taça de revigoroamento para prosseguir as suas funções (seja de guarda de tesouro escondido em caverna, seja de protecção de gente frágil — a virgem a que falta o pai que saiu para longe): é criatura atroz e tanto

Sendo problemática a forma do texto, ganha vulto o elemento material desse testemunho e por isso lhe devemos prestar atenção e entender a sua configuração nas marcações que apresenta.

Começemos a observação pelo suporte material que serviu para a escrita. É pergaminho espesso, mas alisado com qualidade: nele não se notam defeitos que fossem de interpretar como incisões de descuido na raspagem nem se reconhecem marcas de picadas de insectos que tivessem danificado o pergaminho no espaldar da secagem: tudo isso deixa indicações relativamente à qualidade do pergaminheiro e à escolha do material bem como ao resguardo em que os materiais estiveram expostos ou cuidado tido na selecção de materiais de suporte para a escrita.

Discriminando os cadernos, contamos 33, quase todos em formato de quínio (5 bifólios); exceptua-se o cad. 20, que é quaterno; dois outros, quínios (27 e 33) são materialmente incompletos, mas não se nota perda de texto, pelo que concluímos que o material de base falhou nalguma parte, mas foi considerado conveniente para preservar a pestana que se impunha para formar o festo do fólio que permite a costura. O volume apresenta uma lombada larga, quando fechado, uma vez reunidos os seus 324 fólhos dobrados — bifólios, tecnicamente.

Ao tamanho actual (447 mm x 325 mm) há que contrapor, em reconstituição virtual, o tamanho primitivo: efectivamente, as actuais dimensões são resultantes do aparo dos fólhos (tanto à cabeceira como ao pé e à goteira), devido a reenca-dernações sucessivas que, em fases adiantadas, lhes amputaram algum material, embora sem atingir o texto. É problemático refazer as dimensões primitivas, mas podem elas ser calculadas, pelo menos à altura; a análise codicológica terá que apreciar as relações das margens, particularmente no que se refere à cabeceira, pelo menos se admitirmos que a margem de dorso é equivalente à margem de cabeceira e aceitarmos também que, ao menos em alguns casos, se mantiveram as dimensões originais, que nos servem para confronto.

Assim, damo-nos conta de que a margem de dorso actual (44 mm) é maior que a margem de cabeceira (24 mm): razão há para supor, de imediato, que houve

mais temível quanto suscita solidariedades, mas pode ser combatida por heróis benignos (como a fada madrinha) ou por heróis salvadores que restauram a ordem no mundo e livram das insídias diabólicas e do seu domínio fatídico; o arcanjo S. Miguel simboliza o herói que lança a protecção em tempos últimos de uma geração, mas abre para a novidade do novo Céu e da nova Terra (Apocalipse de salvação).

amputação de suporte material; com isso somos levados a admitir que o aparato cortou uns 20 mm; secção igual, e talvez maior, deve ter sido eliminada na margem de goteira (45 mm); por último, reconstituímos a margem de pé (66 mm), pela dimensão maior nessa margem e a partir dela estabelecemos a nossa conjectura⁴⁹; sabemos, porém, que a margem de pé é menos calculada que as outras margens, até porque o ângulo de leitura vai diminuindo e inversamente requer maior dimensão de espaço⁵⁰.

Passemos da materialidade à análise do **processo de empaginação**. Está ele patente nas linhas que aparecem traçadas para o alinhamento da caixa do texto; daí deduzimos o processo de ordenação que presidiu à estruturação da caixa do texto e daí podemos admirar a solenidade do códice. Apreciemos a distribuição dos espaços no fol. 52⁵¹:

2 cols.; 43 linhas. Largura: 45 + 101 + 29 + 45 (220) x Altura: 25 + 356 + 66 (446 mm) UR = 356/42 linhas (= 43-1) = 8,476 mm: o regramento é feito a tinta azul violeta, talvez resultante de mistura de tornesol.

Fixemo-nos no **rectângulo do texto** (356 mm x 220 mm): apresenta a proporção de 1,618; chama a atenção tal facto, pois a razão do rectângulo está no efeito que cria: apresenta proporção áurea, na relação 8/5, representada por ϕ – phi.

Não se tratando de elemento natural, admitiremos que o empaginador teve consciência de que essa relação permitia bom aproveitamento do suporte material e simultaneamente favorecia optimização de leitura. O seu planeamento não é difícil de executar, mas exige racionalidade: sobretudo quando se procura efeito estético assegurado e efeito de funcionalidade de leitura⁵².

⁴⁹ A seu tempo, acompanhámos a análise levada a cabo pela Dr.ª Sílvia Miranda, em exercício para a disciplina de Crítica Textual, em 2012.

⁵⁰ Um caso típico foi determinado por M. C. Díaz y Díaz no célebre Códice Calixtino; cf. a nossa recensão crítica em Díaz y Díaz, M. C., *El Códice Calixtino de la Catedral de Santiago*, in *Euphrosyne*, 18, 199.º, pp. 437-439: num fólio típico, descobre-se uma construção sobre um duplo rectângulo de Pitágoras.

⁵¹ Para comparação, tomamos o mss. Madrid, BN, mss. Vitr., pp. 25-8, *Crónica de D. João I*, (ed. facs. Madrid, Ediclube, 1995). L: 40 + 130. 27. 130 + 60 (387 mm) x A: 47 + 380 + 108 (535 mm). Le 44 Lr 43 UR 7,1. Bem diferente é a empaginação do mss P, da BNF, port. 4, que é considerado originário do mesmo scriptorium régio de Portugal: não é dividido em colunas (dimensão: 303 x 215) e não apresenta iluminuras, pois tem apenas letrinhas de escassas dimensões e traçadas a cor; foi parco e pouco exigente o Condestável D. Pedro, que se terá limitado ao escudo com as armas de Portugal, com a cruz de Avis (com a divisa *Peine pour joie* do Condestável) e à grande inicial do prólogo, habitada por uma “figura de rei, com opa de púrpura e coroa de ouro de bicos, na cabeça, sentado com huma penna na mão, e diante de si um livro em que parece estar para escrever”, segundo anotação de António Nunes de Carvalho, reproduzida por L. F. Lindley Cintra, op. cit., p. DVIII.

⁵² Não é difícil de calcular: admitindo que $a : b = a + b : a$; no triângulo rectângulo, em que os lados são

As margens terão obedecido a algum esquema relacional também, mas, devido ao recorte operado pelas sucessivas reencadernações, ficou desfeita a harmonia, por aparo das margens de cabeceira e de goteira. Em reconstituição, havemos de admitir que a de dorso e, eventualmente, a de pé mantêm dimensões reais (dorso) e aproximadas à primitiva (pé): a de dorso e a de cabeceira dever-se-iam aproximar, enquanto a de goteira devia ter maior amplitude; a de pé não terá sido apenas um resultado final e todo o conjunto terá sido calculado para um equilíbrio final de relação entre as margens que em termos absolutos era $1 \times 1 \times 1,5 \times 2$. A análise não é inútil, pois nos leva a apreciar o modo de apresentação do texto a partir das dimensões com que foi delineado.

A empaginação está distribuída por duas colunas: tal estratégia era necessária pelo movimento dos olhos na leitura; dispensámo-nos de proceder a discriminações, mas retenha-se que, por vezes, a coluna da direita tem tendência a ser menor que a da esquerda, por razões da rotação da cabeça e alargamento do ângulo do olhar — movimento que já Quintiliano, retor latino, havia notado; o planificador não chegou a tanto no nosso códice⁵³...

Atendamos ao texto. Está ele dividido em capítulos, subordinados a títulos, iniciados por letrinas, em que podemos reconhecer alguma hierarquia, ao menos pelas dimensões medidas em unidades de regramento, mais que quanto à tipologia do ornato: iniciais maiores, compreendendo 9/10 UR, marcam o início dos reinados dos soberanos; as outras ocupam, em regra, 4 UR.

Há variedade na tipologia do ornato, que se estende pelas margens e pelo intercolúneo; observamos que há sequências alternadas de famílias de motivos, mais perceptíveis em final de caderno: em análise minuciosa, foi possível identificar vários estilos e agrupá-los com variantes, sendo de apreciar a variação de elementos graves e folgazões ou até infantis⁵⁴.

1 e 2, basta prolongar a hipotenusa para o lado menor e obtém-se a altura, ou seja, $1^2 + 2^2 = (\sqrt{5})^2$, o mesmo que $1 + \sqrt{5} / 2 = 1,618$. Há modos mais empíricos para traçar o retângulo de ouro: bastará dividir o quadrado de base em dois e somar uma dessas partes à altura...

⁵³ Cf. Nascimento, A. A., "A «mise en page», uma base operativa de reflexão codicológica: dados e problemas de Fundos medievais portugueses", in *Actas del VIII Congreso Internacional de Paleografía e Codicología (Madrid, 1987)*, Madrid, 1990, pp. 139–147.

⁵⁴ Cf. Peixeiro, H., "Imagem e Tempo: representações do poder na *Crónica Geral da Espanha de 1344*", *Revista de história da arte*, 7, 2009, pp. 153–177. Posteriormente, María Pandiello, loc. cit., apresenta uma sequência de modelos que tomamos como referência.

7. O PESO DO VOLUME E A POSSÍVEL ENCENAÇÃO DE USO.

É pesado o volume e por isso tornava-se difícil deslocá-lo; o transporte menos atento ou a colocação ao alto, como se fosse um livro banal, foi ruinoso para a encadernação: havemos de imaginá-lo posto em estante inclinada para não correr riscos de esgaçar a lombada, ao manejá-lo. Terá sido a falta de cuidado no manejo que rebentou ou esgaçou os nervos (6, fora as tranchefilas); salvaram-se as tábuas de encadernação, mas os efeitos notam-se bem nos desajustes que as cordas dos nervos apresentam relativamente às chanfraduras das tábuas.

Por permissões consentidas em tempos que testemunhámos (falta documentação para momentos anteriores), o volume permaneceu, pelo menos uma década, desmontado da encadernação que trouxera quando entrou a fazer parte da Biblioteca da Academia das Ciências. Finalmente, conheceu as mãos hábeis de técnicas competentes que lhe proporcionaram tratamento adequado.

*

Como acentuámos, este códice é um testemunho de tempos idos: como testemunho é falante e merece o respeito de leitura; reclama consideração pela sua singularidade e atenção aos aspectos técnicos que envolveu. Interessa como monumento bibliográfico e representa um dos códices que vale a pena admirar pelo esplendor das suas iluminuras e rever porque testemunha as capacidades técnicas e artísticas dos agentes do scriptorium que dele se encarregou: não lhe faltava engenho e arte para despertar imaginação nos leitores.

8. GÉNERO TEXTUAL.

Será útil colocarmo-nos em registo textual e perguntarmo-nos pelo género de texto. Textualmente, trata-se de um livro de Crónicas. Ora, o género literário de *Crónica* do período medieval pouco ou quase nada tem a ver com o que hoje entendemos por tal designação; hoje prende-se com o comentário circunstancial do quotidiano, enquanto em período medieval era a integração de um tempo contemporâneo na história do mundo, ordenada por períodos de eras e de

reinados, a começar pela Criação bíblica e continuada até aos tempos chegados aos dias do autor da narrativa.

Composto pelo engenho de um cronista, procurava ele um mínimo de ornato retórico concedido à história (ao modo ciceroniano, *historia opus oratorium maxime*) e por isso não deixava o narrador de embelezar o discurso, fazendo-o, porém, a seu modo, por recurso a narrativas que constavam da tradição e inserindo outras nascidas do que o próprio autor havia testemunhado nos seus dias ou daquilo que ele havia coligido. Pautava-se o autor por um esquema firmado na tradição.

Não se tratando de recolha de lembranças próprias, em causa estava sobretudo enaltecer a linhagem dos que haviam estado à frente da colectividade que se sentia cada vez mais responsável pelos destinos de um povo. Para isso retinham-se relatos (mantidos na memória) e aduziam-se fontes históricas (ainda que em sentido largo, de construção de um tempo apurado), com o objectivo de criar laços de coesão social e promover identidades geradas pela consciência do viver em comum e eventualmente apresentar modelos de vida e defender valores comuns.

Em torno desses pressupostos se formavam intenções: nem sempre eram explicitadas em prólogo, mas estavam assumidas e têm que ser escrutinadas para tempos em que a escrita não era tarefa banal e o texto tinha de manter a grandeza de quem servia a memória colectiva⁵⁵.

Crónica é uma categoria que faz parte dos géneros literários histórico-medievais: contrapondo-se a anais, que são apenas anotações de ocorrências, distancia-se de história, forma retoricamente mais elaborada e mais preocupada não tanto com a exactidão dos factos testemunhados, mas o seu significado, razão pela qual pronuncia um juízo de mérito dos mesmos e procura ordenação em sequência narrativa. Se a intenção de memória predomina na crónica, ganha também favor a linhagem e sua integração em dinastia de uma descendência ou de uma região⁵⁶.

⁵⁵ Não são unânimes os teóricos do género e preferem alguns ficar por cronistas individuais e considerar cada um como “janela do seu tempo” defendendo que fazem parte de um fresco compósito: não nos satisfaz essa concepção, por fragmentária e poria em causa a unidade de um todo que está representado na *Crónica Geral de Espanha*.

⁵⁶ Guenée, B., “Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, 4, 1973, pp. 997-1016.

*

Começa o texto da nossa Crónica por prólogo, a enunciar a urgência de preservar a memória dos feitos “dos *muy* nobres baroões & de grande entendimento, que screueron & as storias antigas & dos outros nobres feitos”⁵⁷. Entre os mais antigos e mais nobres estão os do “grande Hércules de Grécia” (fl 2r), que remonta aos tempos primitivos e permite passar para os tempos do acontecer hispânico, em articulação com os tempos bíblicos.

Hércules é homem de ilustres façanhas e grandes andanças, “batalhador honrado e acabado em força e em lide”, herói que é apresentado como modelo. As suas façanhas alongam-se por cinco capítulos, a começar por “como entrou em Espanha e das obras que em ela fez” (fl 4v) — construiu torres, a primeira das quais, “mui grande e por encima hũa imagem de cobre” (fl 4v), que levantou em Cádiz; depois, ergueu outra estátua em Sevilha; passou por Lisboa, “povoada depois que Troia foi destruída a segunda vez” (fl 5v) e daí foi à Galiza combater Gerião, que venceu, e logo ali assentou os alicerces de uma torre de onde podia espiar o oceano; sobre a cabeça do monstro “mandou logo em aquele lugar fazer uma grande torre”, na cidade de Corunha; desceu depois ao rio Guadiana, “Augua de Diana”, deixada livre por ele próprio a ter libertado do monstro que a dominava, para logo a tornar terra propícia para caçar, criar gado e oferecer os jogos de Diana (fl 6v).

Herói fundador é combativo e modelo a seguir: “Hércules era da linhagem dos gigantes e mui forte, pero non era cruel nem de mau senhorio; ante era mui piedoso aos bons e forte aos maus” (fl 6v).

A figura de Hércules aparece em iluminura, no fundo do intercolúquio, com os atributos da clava e da pele retirada do Leão de Nemeia. Se este dado é falante, fica algum tanto obscurecido pelo apagamento da imagem, na letrina O com que abre o 1.º capítulo da *Crónica*: no apagamento da letrina divisamos a saída do caos para o cosmos, em nascimento de mundo entrevisto nas quatro figuras

⁵⁷ É problemático o início do texto; em reconstituição: “Os *muy* nobres baroões e de grande entendimento, que escreveron as storias antigas das cavalarias e dos outros nobres feitos e acharon os sabedores e as outras cousas de façanhas per que os homens podem aprender os boos costumes e saber os famosos feitos que fezeron os antigos”... Cf. Luís F. Lindley Cintra, vol. II.

humanas que abraçam o orbe terrestre e se desembaraçam das serpentes que se lhes haviam enroscado no pescoço, ao tempo em que do lado oriental se levanta o Sol que afugenta monstros e impõe a luz benfazeja sobre a superfície do Oceano.

A imagem (hoje de difícil leitura) leva-nos a associá-la o mito de Hércules que conquista o Jardim das Hespérides, depois de ter fugido a Atlas que deixou a sustentar o Mundo. Uma mensagem parece evidente: o esforço humano vence as forças telúricas e malignas; o herói põe termo à desordem das terras e a ele cabe levantar uma nova terra, fecunda e liberta das forças do mal.

9. MODOS DO TEXTO DA CRÓNICA.

À *Crónica de 1344* deve ter presidido um plano: partindo de um enquadramento geográfico da Hispânia, apresentaria depois um esboço de história universal de intenção genealógica, postulada por interesses linhagísticos⁵⁸.

Se o esquema se nos afigura linear, o texto da nossa *Crónica* ficou sujeito às vicissitudes e contingências da compilação de fontes disponíveis para o redactor e sujeito igualmente à reconfiguração da narrativa até à redacção final: efectivamente, a *Crónica* apresenta-se como texto aberto; o redactor quer manter o que julga indispensável para a sua audiência, abrevia ou introduz elementos novos, em renovação de memória e segundo o envolvimento dele próprio nos acontecimentos ou nas relações que vai construindo⁵⁹. Se era livre de associar dados, não

⁵⁸ Abrangeria os tempos bíblicos, compreendendo os Patriarcas e a implantação de Israel na Terra Santa (1.ª e 2.ª Idade) e passando depois pela 3.ª Idade do Mundo (Juizes de Israel) e continuando pela 4.ª Idade (de David a Jeremias), seguindo depois pela 5.ª Idade (de Jeremias à Encarnação), chegando, seguidamente, à História profana (Egipto, Pérsia, Gregos e Romanos); ocupar-se-ia, por fim, dos tempos hispânicos, aludindo à história dos Godos (de Atanalgido a Vitiza) e chegaria à invasão árabe e daria relevo à Reconquista pelos reis das Astúrias e seus sucessores até compreender os reis Hispânicos mais chegados, o último dos quais era D. Afonso de Castela.

⁵⁹ Distinguiam os medievais entre o trabalho de autor (que escreve o que é seu) e o trabalho do compilador (que associa o que é de outros) e bem assim o trabalho do comentador ou glosador (que se serve do que é de outros e julga sobre ele acrescentando o que é dele). Segundo Boaventura de Bagnoregio, “alguém pode escrever as obras de outros, sem qualquer acréscimo ou alteração, e nesse caso ele será chamado simplesmente um “escrevente” (*scriptor*); um outro escreve os trabalhos de outros, com adições que não lhe são próprias; será então chamado de “compilador” (*compilator*); um terceiro escreve tanto obras suas como alheias, mas dando o principal lugar à alheia, e reservando a sua intervenção para introduzir explicações: a ele chama-se “comentador” (*commentator*) [...] Um último escreve tanto obra sua como alheia, mas reservando o lugar

é de admirar que devamos admitir versões que não chegaram ao fim ou foram alteradas ao longo do percurso redactorial⁶⁰.

Porém, um texto medieval, mais que obra individual, é obra colectiva. Problema posto pela crítica é o da identificação do Autor da *Crónica*, na versão portuguesa: não havendo assinatura fiável, a responsabilidade do texto tem de ser deduzida de indícios.

Foram eles decididos, com argúcia e fundamento pertinente, por Luís F. Lindley Cintra, em 1951, em favor do Conde D. Pedro de Barcelos, mas, como atrás ficou expresso, a leitura dos testemunhos, com a análise das versões, obrigam-nos a sermos menos categóricos.

Voltando a ele, lembremos os traços biográficos do Conde: filho bastardo do rei D. Dinis, e de Grácia Anes, nasceu por 1280; cedo foi associado à vida da corte, apesar da sua bastardia, graças à aceitação que lhe dispensou a rainha Isabel, que veneramos como santa: acompanhou ele o rei a Aragão quando lhe coube arbitrar conflitos entre o rei de Aragão e o rei de Castela justamente porque a isso o associou a rainha; relacionou-se com famílias importantes, como a de Portel, por casamento com Branca Peres, da casa dos Sousa, filha de Pêro Anes de Portel, descendente de duas das famílias mais opulentas de Portugal; faleceu ela poucos anos depois do enlace matrimonial e o segundo casamento com Maria Ximenes, dama de uma das mais honradas famílias de Aragão, foi patrocinado pela mesma rainha Dona Isabel e isso trouxe-lhe prestígio ainda mais largo.

Seguro das suas tradições, D. Pedro soube manter fidelidade não só ao rei D. Dinis, seu pai, mas também ao irmão, o Infante D. Afonso IV, apesar dos ciúmes que entretanto foram ultrapassados: não se envolveu em conflitos secundários e evitou-os quando eles surgiram entre o pai e o irmão; em 1307 é nomeado mordomo-mor da casa da Infanta Dona Beatriz de Castela, noiva prometida a D. Afonso, herdeiro natural do reino; afastou-se para longe e aproveitou as relações que ia criando, como aconteceu no período de 1317 a 1325, em que caiu em

principal para a sua e juntando a de outros para fins de confirmação; tal homem será chamado de “autor” (*auctor*). Cf. A. Minnis, *Medieval theory of authorship*, Pennsylvania Press, 1988, p. 94.

⁶⁰ A noção de “movência”, que hoje reconhecemos nos textos, pertence ao regime feudal de posse das terras em dependência do suserano; o termo terá sido usado já por Suger, abade de Saint-Germain, em Paris; foi retomado no estudo dos textos medievais, a partir dos anos 1970: cf. Paul Zumthor, *Essai de poétique médiévale*, Paris, Seuil, [1972], 2000, pp. 84-96: “Anonymat et mouvance”; Bernard Cerquiglini, *Éloge de la variante*, Paris, Seuil, 1989.

desgraça com seu pai e se afastou para a corte castelhana: nesta corte foi recebido pela regente, Dona Maria de Molina, e demonstrou ser homem de cultura, compilando leituras e ganhando gosto pela redacção de textos que foi lendo em clave ocidental. Deve ter sido atraído para a historiografia a partir da Escola que continuava os trabalhos de Afonso X, o Sábio, seu bisavô, e aproveitando os saberes que se continuavam nas cortes de Sancho de Castela e de Afonso XI.

De espírito conciliador, procurou aproximar o rei D. Dinis ao Infante D. Afonso, acompanhou a rainha Dona Isabel nas desavenças entre pai e filho; soube, em momento oportuno, recolher-se às suas terras em Barcelos que o rei lhe entregara em 1314; evitando animosidades contra o rei D. Dinis, seu pai, apoiou as razões do irmão, o Infante D. Afonso, em dissídio com o rei e não lhe criou entraves; após a morte de D. Dinis, o Conde retirou-se para o seu refúgio de Lalim e aí se entregou a actividades culturais, fazendo recolhas para um *Cancioneiro*, depois de se ter dedicado à elaboração de um *Livro das Linhagens* dos nobres portugueses.

É incerto o momento em que terá passado à compilação de uma *Crónica* que correspondesse ao que encontrara em Castela, na *Primeira Crónica Geral de Espanha*. É verosímil que, atento ao que se passava à sua volta e evitando querelas, tenha recolhido gestas atribuídas a nobres mais chegados e tenha também querido engrandecer Afonso IV, que ocorrera a levar ajuda a Castela para a batalha do Salado, a instâncias de Dona Beatriz, filha do mesmo Afonso IV; ele próprio, por motivos de doença, viu-se impedido de acompanhar o irmão. Na diversidade de relações que manteve com Castela, o Conde mostrou-se empenhado em promover a terra portuguesa a que pertencia e percebeu as razões para celebrar a sua soberania independente e reconhecer a sua identidade, defendendo-a em paridade com Castela.

Homem de cultura, toma conhecimento dos textos que circulam na corte de Afonso XI e acompanha os acontecimentos que se passavam na sua terra; nas horas de inspiração poética não evitou os atractivos da arte de trovar, ainda que não tivesse revelado dotes particulares nem originalidade própria⁶¹. Com o *Livro de Linhagens* ganhou renome⁶², mas nem por isso ficou líquida a atribuição do seu

⁶¹ *Il Canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos*, ed., not., glossario e introdução de Manuel Simões, Roma – L'Aquila, Japarde, 1991.

⁶² *Livro de Linhagens do Conde* é hoje datado do ano de 1340.

nome a essa obra: aceita-se o juízo feito por Fr. Francisco Brandão que dela reteve ser ela “a escritura de maior utilidade que temos em Espanha”. Dele constava, efectivamente, que “este conde dom Pedro foy o que fez muito a fidalgos em Portugal e que os pôs nas muy grandes contias (...) e foy o que erdou alguuns filhos d’algo em sas erdades e que ouue os melhores vassallos que [nem] ouue outro comde nem homens boos dos que dantes foram”⁶³.

Tanto quanto se pode perceber, para a composição da *Crónica de Espanha de 1344*, serviu-se D. Pedro de textos cronísticos disponíveis nas casas que herdou: de entre eles se deve apontar a *Crónica do Mouro Razis*, que encontrou à mão em tradução de Gil Peres, clérigo de Pero Anes de Portel, feita a pedido do rei D. Dinis: o Conde conhecia-a possivelmente por via matrimonial, por ter casado com Branca Peres, filha do dito Pero Anes de Portel (a. 1305)⁶⁴. Serviu-se também de outras fontes e organizou, uma compilação de textos disponíveis a que foi dando planeamento geral, com refundições de cunho particular e adequação das fontes a interesses de ordem linhagista ou nobiliárquica; não discutia a natureza dessas fontes, como era o caso dos Poemas de Fernão Gonçalves ou o cantar dos Infantes de Lara e outros ou também breves histórias genealógicas dos reis, com núcleos em torno de personagens centrais, como a de Carlos Magno.

Em tanta variedade é difícil reconhecer a coerência de quem o faria como primeiro autor; tudo refundia: terminava a compilação da *Crónica* com a história dos reis de Castela e Leão (de Afonso X à batalha do Salado/Tarifa); seleccionava e organizava os materiais: afastava-se de relatos elaborados por outros. Na introdução, abrevia e substitui uma longa exposição de dominadores hispânicos (gregos, almonizes, romanos e godos) por uma breve história universal de teor genealógico, baseado em cronicão de origem navarro-aragonesa (*Libro de las generaciones*); trata com autonomia os inícios da história portuguesa, que na *Crónica Geral* eram integrados no reinado de Afonso VII (como acontecia por exemplo no *De rebus Hispaniae* de Rodrigo de Toledo); alarga a compilação por sete reinados: o de Afonso Henriques ganha maior dimensão, mas admite aspectos lendários

⁶³ *Livro de Linhagens*, PMH, Script., I, p. 290, 1. 184v-185.

⁶⁴ Sobre o aproveitamento desse texto, cf. Fournier, A., *A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e sua construção*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.

e omite traços que eram desfavoráveis ao rei (como o desastre de Badajoz em que ficou à mercê do rei D. Fernando, de Leão); quanto à figura de D. Dinis, ele próprio se dá como testemunha de acontecimentos. A sua narrativa fica incompleta para o reinado de D. Afonso IV, pelo que se considera que lhe faltou tempo para a levar até ao fim.

A liberdade do compilador permitiu a quem se lhe seguiu retomar com certa liberdade a sua refundição, com omissões e suturas de secções do texto⁶⁵.

10. SITUANDO A VERSÃO E A HISTÓRIA DA SUA ENTRADA NA ACADEMIA.

A versão do códice da Academia das Ciências, como já acentuámos supõe uma versão anterior, considerada como arquétipo perdido. Aceitamos hoje que esta versão representa a mais antiga das que se conservam, mas havemos de distinguir nela o que mantém de primitivo e aquilo que apresenta de lacunar que pode ser sanado a partir de testemunhos laterais, fragmentários ou não. Conhecido o texto como *Crónica Geral de Espanha de 1344*, tal título reporta-se a tempo em que prosseguia a redacção do texto (a 21 de Janeiro de 1344). Importante é que seja um dos primeiros ensaios da prosa em linguagem portuguesa⁶⁶. Significa sobretudo a consciência da novidade de um novo tempo na Terra portuguesa e por isso não estranhámos que haja nessa versão reajustamentos narrativos⁶⁷.

Da primeira redacção em português não se conhece qualquer manuscrito, mas Luís F. Lindley Cintra postula a existência de um arquétipo, designando-o com a sigla *Y⁶⁸, que deve ter sido de conhecimento por parte de quem escreveu

⁶⁵ Idem, p. xxxvi.

⁶⁶ Apontada, primeiro, por Menéndez Pidal foi depois confirmada a autoria por outras individualidades: cf. Lindley Cintra, L. F., pp. xcv ss, por relações textuais entre a *Crónica* e o *Livro das Linhagens* (derivação do *Cantar dos Infantes de Lara*), por derivação de uma fonte arturiana, por derivações da *Crónica de Castela*. Luís Cintra admite que o *Nobiliário* é anterior à *Crónica*. Entretanto, Diego Catalán anotara a existência de uma crónica de Acenheiro: muito tempo perdida, depois de ter sido emprestada por Alcobaça à Academia das Ciências e depois de ter ido parar à biblioteca da Condessa de Azambuja, foi recentemente identificada no Arquivo Distrital de Braga; cf. Nascimento, A. A., *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*, Alcobaça, Mosteiro, 2018, pp. 287 ss.

⁶⁷ Teresa Amado, "As imagens e o Texto Manuscrito Iluminado da *Crónica Geral de Espanha 1344*", *ARIANE, revue d'études littéraires françaises*, n° 16, Lisboa, 1999-2000, pp. 42-43.

⁶⁸ Luís Cintra, p. lxxxvii.

a *Crónica de Portugal de 1419*. Por sua vez Isabel Barros Dias apontou razões para admitir a segunda redacção do Conde ainda pela década de 1380, em período de grave crise económica e política⁶⁹.

*

Quanto à história do manuscrito, pelos testemunhos que chegaram até nós, costuma apontar-se, em primeiro lugar, que consta dos livros da biblioteca de D. Duarte o registo da existência de vários livros de Crónicas, com as seguintes designações: *Historia Geral*; *Coronica d’Espanha*; *Coronica de Portugal*; *Coronica d’Espanha (em cadernos)*⁷⁰. O título não consta explicitamente desse elenco, embora se possa divisar no registo de *Coronica de Portugal*.

Indícios materiais levam a admitir afinidades codicológicas entre o códice da Academia das Ciências e outros saídos do scriptorium da corte de D. Duarte⁷¹. No fl. 322, lemos uma nota que se poderia interpretar como indicação de título dado no séc. XV/XVI: “Cronica abreviada de Portugal”. Será essa nota indício de quem se dava conta de que o “abreviamento” era insuficiente (é pelo menos hipótese admitida).

Há outra indicação do percurso do nosso códice: “Livro do sôr luis de alcaçoua carneiro”; no fólio em branco imediato, vem a indicação da localização do códice na casa desse fidalgo, na segunda metade do século XVI⁷².

⁶⁹ Barros Dias, I., *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (Sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian e FCT, 2003, pp. 93-118.

⁷⁰ Cf. Nascimento, A. A., “As livrarias dos Príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287; Idem, “Libros manuscritos de la Dinastía de Avis y de otros, en Portugal (siglo XV): de la devoción a las Crónicas”, *Seminário/Colóquio Manuscripts Il·luminats: La tardor de l’Edat Mitjana i les noves Llums del Renaixement*, Lérida, 17-18 de Novembre de 2014, in *Manuscripts Il·luminats. La tardor de l’Edat Mitjana i los inicis del Renaixement*, ed. Josefina Planas, Lleida, Universitat, 2017, pp. 153-176.

⁷¹ Já por outras vezes apontámos analogias com outros códices que se aproximam codicologicamente, por traços de iluminura que denunciam origem no scriptorium eduardino: *Vida de Júlio César – 1446–85*; *Ordinários do Ofício divino – Alc. 62 (1475) e 63 (1483)*; *Missal Cisterciense – Alc. 459*; *Livro da Virtuosa Benfeitoria – cód. 9*, Madrid, Real Ac. de Hist. – que pertenceu ao filho de D. Pedro, o Condestável – ca. 1430; *Vida de Cristo de Ludolfo de Saxónia – Alc. 451-453*: no Alc. 451, fl. 56v, pode ler-se: “Ata aqui fez o scripvam del Rey” e no fl. 57r consta a indicação de continuou a escrevê-lo e o encadernou Fr. Bernardo de Alcobaça, 1445-1446. O escritor de puridade de D. Duarte era João Gonçalves: cf. Nascimento, A. A., “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, 29, 2001, pp. 125-142.

⁷² Cf. Lindley Cintra, L. M., *op. cit.*, CDXCIV.

Apurou Lindley Cintra, ajudado por António Machado Faria, da Academia Portuguesa da História, que Luís de Alcáçova Carneiro era o filho primogénito de Pedro Alcáçova Carneiro, que foi secretário de Estado no reinado de D. João III e de D. Sebastião, desempenhando depois, ao tempo do Cardeal D. Henrique, as funções de conselheiro de Estado e vedor da sua fazenda; era ele neto de António Carneiro, escrivão da câmara de D. João II e de D. Manuel, e bisneto de Pedro da Alcáçova, escrivão da fazenda de D. Afonso V e de D. João II, de quem também foi secretário e vem mencionado como tal no testamento deste rei⁷³.

Propõe Luís M. Lindley Cintra que o códice em questão pode ter sido um presente real oferecido a um dos antepassados de Luís de Alcáçova; para o ser, certamente se esvanecera a relação com o rei D. Duarte ou algum facto se intrometeu que levou a quebra de afecto: ora, a ter isso acontecido, não era caso único nos tempos do seu neto, D. Afonso V⁷⁴.

Enfim, depois da batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, em que pereceu o seu proprietário, o manuscrito foi herdado pela sua filha, Dona Luísa de Távora, que casou com o 6.º Visconde de Vila Nova da Cerveira: foi transmitido entre familiares até figurar na biblioteca do 5.º Marquês de Castelo Melhor, João de Vasconcelos e Sousa Caminha Faro Veiga.

⁷³ António Machado Faria conhecemos nós como Secretário da Academia Portuguesa de História.

⁷⁴ Os avatares da biblioteca de D. Afonso V são conhecidos apenas parcialmente; sabe-se, porém, que constituiu a primeira biblioteca pública, dirigida por Gomes Eanes de Zurara, com acesso por autorização régia: cf. Carta de D. Afonso V em favor do Chanceler-mor Rui Gomes de Alvarenga Vasconcelos, que pretendia consultar um dos livros aí existentes, que nós conjecturámos tratar-se de uma obra de Afonso X, "Libro del fuero", ou melhor, "Libro del Espejo de Derecho", que se julga ter servido de base para as *Sete Partidas*: hoje temos a edição publicada por Robert A. MacDonald, *Espéculo – Texto jurídico atribuído al Rey de Castilla Don Alfonso X, el Sabio*, Madison, Univ. de Richmond, 1990. Demos imagem do documento noutra momento de homenagem a Pina Martins, in *Catálogo de Exposição – José V. de Pina Martins, uma Biblioteca Humanística*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015, pp. 88-95. Deve-se, efectivamente, a J. V. Pina Martins o resgate do documento em leilão por ele advertido. Para outras considerações, cf. Gomes, S. A., *D. Afonso V, o africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009; um dos casos que deve ser tido em conta é a saga da Bíblia, em catalão, que lhe pertenceu e o rei vendeu, estudada por pessoa a quem confiámos o seu estudo e não descansou enquanto não esclareceu o que devia ser tido em conta, nomeadamente, uma velha versão do Livro dos Macabeus: a venda dessa Bíblia a Pero Benitez, por reversão dos acontecimentos, voltou às mãos da Casa de Bragança e entrou de novo na biblioteca real, possivelmente em tempos do Cardeal D. Henrique; cf. *La Biblia de Ajuda y la Megil.lat antiochus en romance*, estudo e edição de Gemma Avenozza Vera, Madrid, CSIC, 2001.

Em 1878, aquando da morte do Marquês, a biblioteca foi posta em leilão pela família a fim de satisfazer dívidas em atraso que exigiam pagamento⁷⁵. A esse leilão se habilitou a Academia das Ciências de Lisboa que assim comprou para a sua biblioteca o códice por 202\$000 réis⁷⁶. O preço pode parecer modesto, ou mesmo irrisório: aceite-se, porém, como termo de comparação que, ao tempo, aquela quantia representava o valor do salário de cerca de mil dias de salário de um trabalhador vulgar⁷⁷; além disso, havia informação de que o códice tinha defeitos; sobretudo, é de presumir que um livro manuscrito (de leitura não imediata) não gozava de grande apreço (sobretudo por, ao tempo, se desconhecer a sua história); por outro lado, ainda, as circunstâncias da venda (liquidação de dívidas de família) e a representação da Academia das Ciências na licitação eram dados relevantes que influíam nos preços propostos.

⁷⁵ O *Catálogo dos preciosos manuscritos da bibliotheca da casa dos Marquezes de Castello Melhor*, Typographia Editora Mattos Moreira, Lisboa, 1878, pp. 2 e 5, aponta o título de “Cronica d’Espanha ou Chronica Geral de Hespanha” como encomenda real.

⁷⁶ Cf. *Livro das Actas da Assembleia-geral de 18 de Maio de 1876 a 1895*, Sessão de 6 de Março de 1879, p. 43v: aí se regista que houve interesse por parte dos membros da Academia em atender ao leilão da biblioteca dos Castello Melhor; na sessão de 6 de Março de 1879 salienta-se a importância de a ACL estar representada no leilão e por isso defende-se o envio de alguém, entendido em manuscritos, para averiguar da conveniência do que estava em hasta pública, reconhecendo-se, porém, as limitações financeiras da Academia. A 27 de Março, encontra-se anotada a arrematação de um manuscrito: em tempo algum se identifica o códice, porém tudo leva a crer que se tratasse do que veio a integrar a biblioteca como Ms. A. 1 da ACL. No catálogo para o leilão encontra-se a seguinte advertência: “O nosso codice está damnificado pela agua na parte inferior de todas as folhas sem interessar (leia-se “atingir”) o texto, atacando apenas as illuminuras que occupam a margem inferior, sem comtudo as destruir de modo que não se perceba o que representam, sendo fácil restaura-las. A encadernação é de madeira coberta de moscovia, com ornatos, tendo a lombada em mau estado”.

⁷⁷ Devo esta precisão ao senhor académico Prof. Jaime Reis, que teve também a gentileza de me disponibilizar documentação relativa a elementos da venda de livros da biblioteca do Visconde de Pereira (Joaquim Pereira da Costa), cujo acervo apresentava mais de 2.000 títulos, entre os quais se contava um exemplar do *Bosco Deleytoso*, de 1515, que foi vendido por 405\$000 réis e uma primeira edição de *Os Lusíadas*, vendida por 102\$000 réis. Cf. *Catálogo dos livros antigos, raros e classicos que compõem a magnífica e mui conhecida livraria do falecido ex.mo Joaquim Pereira da Costa*, Lisboa, Imprensa nacional, 1873 (apresenta 2.286 entradas ou títulos). Em complemento, tomei a meu cargo voltar ao *Catálogo da importante e copiosa bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor, cujos livros serão vendidos em hasta publica, tendo a venda começo o mais brevemente possivel*, por Casa de Castello Melhor, 1878: compreendia 3.923 títulos, mas não apresentava valores de leilão. É facto que o preço dos livros pertence a um mundo flutuante e sujeito aos interesses do público e aos vai-e-vens da fortuna que, se é ciumenta, aprecia as coisas pela aparência e pela disputa que provocam: no caso, por comparação, chama atenção o interesse pelo *Bosco Delytoso* em contraste com a edição de *Os Lusíadas*. A morte do Marquês de Castello Melhor e a reclamação das dívidas deixavam ao desbarato o espólio da sua biblioteca, mormente os manuscritos e por isso havemos de nos louvar no zelo da Presidência da ACL em mandar adquirir o códice, apesar das reticências de alguns sócios e das limitações financeiras.

Manteve-se o códice na Academia: ms 1-A, Série Azul (criticamente designado como L, por contraste com outros, nomeadamente o P).

Por vicissitudes várias, não nos chegou o códice na sua materialidade primitiva: era perceptível que a encadernação originária se perdera e a análise dos seus materiais obrigava a reconhecer que tanto os nervos de articulação como as tábuas de cobertura e o seu revestimento eram de data tardia, sem que se pudesse decidir a data exacta em que se procedera à substituição; aliás, as chanfraduras das entradas das tábuas não coincidiam com o enfiamento dos nervos que haviam pertencido à primitiva costura. Tudo isso podia conduzir a entrever alguma sucessão de dados, mas, se hoje somos sensíveis a esse dado, ao tempo da aquisição, os membros da Academia não tinham ao tempo capacidade de reagir a ele; valeu o sentido patrimonial para obter um códice que se tornou cada vez mais objecto de estima e de apreço mediante a análise a que dedicaram os investigadores de várias gerações. Os elementos semiográficos levaram a concluir em favor de data bastante antiga: pelo traço de escrita, o manuscrito L foi de há muito considerado como pertencente ao primeiro quartel do século XV. Quanto ao texto, a análise notou omissões, advertidas pelo copista, e alterações que não podem deixar de ser tomadas por intencionais. Das primeiras, devem apontar-se algumas que chamam à atenção: na história do Cid (fl. 265v)⁷⁸, na história dos reis de Portugal (fl. 270v), no cerco de Badajoz por Afonso Henriques (fl. 273v), na substituição do texto da Crónica pelos primeiros dez capítulos da Crónica de Afonso X, exceptuando o prólogo (fls. 318r-322v).

Têm sido objecto de escrutínio as variantes de redacção registada nos diversos testemunhos. Da segunda redacção temos sete manuscritos completos: quatro portugueses e três castelhanos. Os dois manuscritos mais antigos são datados do século XV: L e P, assim designados pelas iniciais das cidades onde os manuscritos se encontram actualmente — Academia das Ciências de Lisboa (L, ms 1-A, Série Azul) e Biblioteca Nacional de França (P: Portugais 9/Reg. 10253, Mazarine 484)⁷⁹.

⁷⁸ No fólio em branco, Lindley Cintra leu a anotação: “estas folhas ficaram pera a morte do çide que eu vy em outra cronica no semelhãte lugar”.

⁷⁹ Este último códice pertenceu ao Infante D. Pedro, cuja divisa se encontra na base do fol. 1 — *Paine pour*

Pertinentemente, Lindley Cintra optou pelo manuscrito L, por este ser o testemunho mais antigo e por fornecer texto que se afigura ser o mais próximo do original, não obstante o reconhecimento de lacunas: o P com outros testemunhos servem de colação e permitem recuperar lições, corrigindo e sanando lacunas de L.

Enfim, a *Crónica de 1344* situa-se numa tradição textual: representa um testemunho que há que situar e reconhecer na sua singularidade e no tempo próprio; como texto é obra de compilação e refundição de versões pertencentes a vários agentes e de diversas procedências. Começada essa versão pelo conde de Barcelos, D. Pedro Afonso pouco tempo depois da Batalha do Salado (1340), intentava ele celebrar a participação do reino de Portugal, ao lado de outros reinos hispânicos, ao enfrentarem os exércitos muçulmanos. A versão do conde alargava-se a celebrar a glória do reino de Portugal como nação e integrá-lo no concerto da história hispânica. Se remonta a textos anteriores, foi assumido por uma comunidade de leitores que nele reviam as origens de uma nação que emergia da colectividade de barões e buscava razões de coesão como país.

A geração de Avis foi determinante para a recepção dessa versão: os Príncipes de Avis, nomeadamente D. Duarte e D. Pedro (este continuado em seu filho, o Condestável), foram decisivos para essa recepção pelo acolhimento que lhe deram nas suas bibliotecas; em juízo de valor está a variante que nos transmitiram numa tradição que tem o seu peso e supõe a sanção dos nossos leitores.

joie; dele passou ao filho, Condestável de Portugal: no texto há referência ao regresso dele à Catalunha, 1457, o que deixa supor que o códice foi redigido entre 1456 e 1464, com algumas reduções de frase e com referências cronológicas convertidas em data do nascimento de Cristo, além de acrescentos de reinados relativamente à versão de L. Entrou este códice na Bib. Mazarine em 1668; a iluminura dele apresenta traços similares ao ms Escorial, *Vida de César*, ms. Q. I. 17, que pertenceu também ao Condestável D. Pedro e remonta a seu pai, o Infante, que foi regente do reino, na menoridade de D. Afonso V. À tradição textual da *Crónica* pertencem dois outros manuscritos portugueses tardios, já do século XVII, designados por Lindley Cintra com iniciais de localização seguidos de minúsculas: Li, BNP de Lisboa; Ev da BP de Évora. Quanto aos códices castelhanos, foi R. Menéndez Pidal que lhes atribuiu as siglas identificadoras: U, da antiga Biblioteca de D. Francisco Zabáburu, pertencente ao Marquês de Heredia Spínola em Madrid; Q, Biblioteca Nacional de Madrid; V, Biblioteca do Palácio Real de Madrid. Além destes manuscritos completos há notícia de outros fragmentários: tal é o fragmento, em português, designado pela sigla C, que provém de códice de Santa Cruz de Coimbra, hoje na BPM do Porto, e é testemunho da primeira redacção; de vários manuscritos castelhanos, também fragmentários, só um representa a primeira redacção: de entre todos há que destacar, até por remontar a essa primeira redacção, um que apresenta a versão da *Crónica do Mouro Rasis*: pertenceu à biblioteca do erudito Ambrósio de Morales e encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid; foi designado por L. Cintra com a sigla E, por ser proveniente do Mosteiro do Escorial.

A ACL tem o privilégio que ter acolhido o códice que maior prestígio merece nessa tradição: a ele demos toda a atenção para preservarmos a sua materialidade e garantirmos a possibilidade interrogar um manuscrito fundamental na construção de uma leitura que seja idónea e merecedora de confiança para quantos procuram este testemunho textual.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019)